

Dois consultores de Cavaco defendem reestruturação

O texto subscrito por mais de 70 personalidades, de esquerda e de direita, começou a ser escrito em Dezembro. Cravinho e Bagão foram os principais dinamizadores. Passos mais isolado

Nuno Sá Lourenço, Paulo Pena e Pedro Crisóstomo

Dois consultores do Presidente da República, Vítor Martins e Armando Sevinata Pinto, integram a lista de mais de 70 personalidades que subscrevem o manifesto *Preparar a Reestruturação da Dívida para Crescer Sustentadamente*, que o PÚBLICO hoje divulga, na íntegra. Ambos integram a Assessoria para os Assuntos Económicos e Empresariais da Casa Civil de Cavaco Silva e são ex-governantes de executivos do PSD.

Vítor Martins foi, aliás, o único homem a quem Cavaco Silva confiou a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus nos dez anos em que liderou o Governo. Nessa qualidade, este economista integrou as equipas de negociadores de alguns dos mais importantes compromissos europeus – da adesão, em 1986, ao Tratado de Maastricht, de 1992. O seu colega em Belém, Sevinata Pinto, foi ministro da Agricultura no Governo PSD-CDS liderado por Durão Barroso.

Ambos estão agora ao lado de ex-líderes do PSD, como Manuela Ferreira Leite, e do CDS, como Freitas do Amaral, na defesa de uma reestruturação da dívida portuguesa.

O texto demorou mais de dois meses a ser concluído. É um trabalho “de formiguinha”, sobretudo do ex-ministro socialista João Cravinho, descrito por vários dos subscretores como “a alma” deste manifesto.

No final, a ideia de reestruturar a dívida, de uma forma “honrada e

responsável”, fazê-lo “no âmbito de funcionamento da União Económica e Monetária” e com uma “rigorosa gestão orçamental no respeito das normas constitucionais” é o compromisso que permite juntar, neste apelo, posições políticas tão diversas como as de Francisco Louçã, ex-líder do BE, e Miguel Anacoreta Correia, ex-dirigente do CDS. Ou Carvalho da Silva e o líder da CIP, António Saraiva.

“É possível uma cultura de compromisso sobre o essencial, em vez de uma cultura de querela sobre o assessorio”, garante Bagão Félix, conselheiro de Estado, e também ele ex-ministro de uma coligação PSD-CDS. Foi, aliás, Bagão Félix que articulou, com João Cravinho, o trabalho de recolha de subscrições para o documento. Os dois falaram, pela primeira vez, no final de Dezembro. E foram juntando outros economistas ao debate.

Alguns subscreveram-no, de imediato. Outros, como Manuela Ferreira Leite, só o fizeram no passado fim-de-semana. Embora a primeira versão do texto não fosse muito diferente daquela que hoje publicamos, houve várias mudanças, e um “intenso trabalho técnico”. Ricardo Cabral, consultor da Comissão Europeia, Silva Lopes, ex-governador do Banco de Portugal, José Reis, director da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, são alguns dos economistas que assinam o texto.

Passos isolado

O primeiro-ministro reagiu, na manhã de ontem e acusou os autores do texto de pretenderem “negar a

realidade”. Para Passos Coelho, a ideia de que é necessário reestruturar a dívida “passa uma mensagem errada para os credores”. “Se eu hoje quisesse pôr em causa o financiamento do país, subscreveria o manifesto”, continuou.

No Parlamento, o ministro Miguel Poiares Maduro disse o mesmo: “Qualquer opção de reestruturação da dívida seria extremamente prejudicial para o país.”

Mas na sede do PSD, na São Caetano à Lapa, à margem de uma conferência de imprensa em que apresentou o programa de comemorações para os 40 anos do 25 de Abril, o militante número 1 e fundador do partido, Francisco Pinto Balsemão, não foi tão peremptório. Mesmo salientando que não leu o texto em causa, disse: “Reestruturar a dívida é, muitas vezes, um acto de boa gestão das empresas. Se os bancos estiverem de acordo, se puder pagar mais devagar, se puder pagar menos juros...”

O CDS, que conta com vários históricos entre os subscretores, como Bayão Horta, Anacoreta, Freitas e Bagão, não reagiu. Mas o economista José Castro Caldas, que se reuniu com o grupo parlamentar do partido de Portas recentemente, percebeu que há nuances dentro da coligação sobre a dívida: “O princípio, o problema existe, mas não se pode falar dele.”

Bagão Félix considera “estranho” que Passos Coelho tenha reagido “sem conhecer o texto”. E reage, com veemência, ao “argumento da mordaza” – enunciado pelo primeiro-ministro – de que este assunto

Para Passos Coelho, a ideia de reestruturar a dívida “passa uma mensagem errada para os credores”



prejudica o país. “Se não podemos falar sobre os nossos problemas, então teremos perdido a nossa independência. É uma espécie de censura não política, a submissão ao pensamento único dos mercados. Nós não queremos pôr em causa as nossas responsabilidades. Mas para ter ganhos, no contexto europeu, é preciso sermos activos. E o que é ser-se irrealista? Pensar que se pode cumprir o Tratado Orçamental não é também ser-se irrealista?”

Recorde-se que Cavaco Silva escreveu, no prefácio ao seu novo volume de *Roteiros* (o livro que resume a actividade do Presidente da República no ano de 2013), que seria preciso esperar por 2035 para que Portugal cumprisse o objectivo de ter uma dívida inferior a 60% do PIB: “Pressupondo um crescimento anual do produto nominal de 4% e uma taxa de juro implícita da dívida pública de 4%, para atingir, em 2035, o valor de referência de 60% para o rácio da dívida, seria necessário que o Orçamento registasse, em média, um excedente primário anual de cerca de 3% do PIB. Em 2014,

prevê-se que o excedente primário atinja 0,3% do PIB.”

José Reis sublinha que à frase de Cavaco “só falta acrescentar que aquelas condições nunca se verificarão”. Isto é, que “a dívida sufoca a economia e a via seguida para resolver o problema é irrealista e parte de condições irrealizáveis”.

PS cauteloso

Francisco Louçã, também ele cate-drático de Economia, e ex-líder do BE, vê neste manifesto algo mais do que uma “resposta de conjuntura”: “Este manifesto dirige-se à sociedade no seu todo para mudar a agulha do debate. O caminho seguido até agora não tem nenhuma hipótese de sucesso”, afirma.

No manifesto está um ex-líder do PS, Ferro Rodrigues, e vários deputados e ex-governantes, como João Galamba, Carlos César, Vera Jardim e Manuela Arcanjo. A direcção do PS foi, contudo, cautelosa a destacar os pontos de contacto entre o discurso socialista e algumas das propostas contidas no texto. O secretário nacional do partido, António Galamba, su-

7

O Eurogrupo aceitou, em 2013, prolongar em sete anos os prazos dos empréstimos europeus a Portugal e à Irlanda

129%

A dívida pública portuguesa representava, em Janeiro, 129% do PIB, totalizando 213,3 mil milhões de euros



DANIEL ROCHA

blinhou a “necessidade de haver ao nível europeu uma gestão da dívida pública dos vários países”.

As primeiras palavras do conselheiro de António José Seguro, Óscar Gaspar, foram para assinalar diferenças face ao manifesto. “O PS nunca utilizou a palavra reestruturação”, afirmou Gaspar ao *Jornal de Negócios*. “O PS tem plena consciência do problema da dívida pública, que se tem agravado fortemente nos últimos anos, e por isso defende uma renegociação das condições associadas aos empréstimos, como, aliás, já aconteceu, nomeadamente a extensão de maturidades, que deveria ter ido mais longe, e uma redução adicional dos juros pagos.”

No fundo, o PS está a dizer sensivelmente o mesmo que os subscritores do manifesto. “Toda a gente percebe, mais à esquerda ou mais à direita, que qualquer que seja a solução o resultado deve ser o mesmo – reduzir os encargos com os juros e estender a maturidade”, sistematiza o economista e subscritor Paulo Trigo Pereira.

A questão da renegociação da dí-

vida pública será discutida em plenário na Assembleia da República, não nos termos em que o tema foi suscitado neste manifesto, mas pela Iniciativa para Uma Auditoria Cidadã (IAC) à Dívida Pública, que em Janeiro apresentou ao Parlamento uma petição com 6445 assinaturas. As duas movimentações decorrem em paralelo. E se as propostas e a natureza são diferentes (desde logo quando o movimento de cidadãos defende o envolvimento de todos os credores do Estado no processo de renegociação e admite uma suspensão do pagamento dos juros e das amortizações da dívida), em comum têm o objectivo de “procurar pôr na praça pública o debate sobre a urgência da reestruturação”, enfatiza o economista José Castro Caldas, signatário da petição e do manifesto. Ambos representam “o momento em que é reconhecido que o problema não pode ser escondido debaixo do tapete e que tem de ser enfrentado de uma forma clara pelo país e pelo Estado português”, acentua o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

REACÇÕES

Se eu hoje quisesse pôr em causa o financiamento do país, subscreveria o manifesto

Passos Coelho

E o que é ser-se irrealista? Pensar que se pode cumprir o Tratado Orçamental não é também ser-se irrealista?

Bagão Félix
conselheiro de Estado

Este manifesto dirige-se à sociedade no seu todo para mudar a agulha do debate. O caminho seguido até agora não tem nenhuma hipótese de sucesso

Francisco Louçã
ex-coordenador do BE

É um manifesto da iniciativa da sociedade civil que tem personalidades da esquerda e da direita que o PS naturalmente respeita

António Galamba
dirigente do PS

O problema não pode ser escondido debaixo do tapete e tem de ser enfrentado de uma forma clara pelo país e pelo Estado português

José Castro Caldas
economista

Manifesto defende solução mais contida do que petição à AR

Pedro Crisóstomo

Para Vítor Gaspar, então ministro das Finanças, foi um “momento especial” que permitiu ao país ganhar credibilidade internacional; para o Presidente da República, Cavaco Silva, uma “decisão justa”, quando, a 12 de Abril de 2013, o Eurogrupo fechava em Dublin um “acordo de princípio” para prolongar em sete anos os prazos de reembolso dos empréstimos europeus a Portugal e à Irlanda.

A extensão das maturidades da dívida portuguesa – o que na prática saía, há 11 meses, da reunião dos ministros das Finanças da moeda única em Dublin – é uma das três condições que os subscritores do manifesto *Preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente* identificam como necessárias num processo de reestruturação. Um texto que, mesmo antes de ser divulgado na íntegra, mereceu duras críticas do primeiro-ministro, mas que é mais contido nas propostas do que uma petição pela renegociação da dívida que em Janeiro chegou ao Parlamento e que não abriu frentes de batalha.

Como lidar com uma dívida pública que em Janeiro chegava a 213.390 milhões de euros (129% do produto interno bruto), dos quais 72.445 milhões dizem respeito aos empréstimos já recebidos da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional? É essa uma das motivações do manifesto. Se o peso da dívida parece não gerar divergências (todos, do Governo à oposição, passando pelas instituições internacionais reconhecidas, notam o elevado nível da dívida no PIB), diferente é o entendimento quanto às soluções a adoptar. Mesmo entre os signatários do manifesto há várias sensibilidades, desde logo pela clivagem ideológica e política entre vários nomes que surgem vinculados à iniciativa.

Um ponto de ordem do manifesto é a ideia de que a reestruturação deve acontecer “no espaço institucional europeu” – ou, pelo menos, começar por aí, enfatiza o economista José Castro Caldas, um dos subscritores do manifesto e que é também um

dos rostos de uma outra iniciativa pela renegociação da dívida que vai “mais longe na clareza da proposta”, a petição apresentada em Janeiro à Assembleia da República pela Iniciativa para uma Auditoria Cidadã (IAC) à Dívida Pública. No manifesto, há campo para várias soluções. E “pelas pessoas que o assinam”, também as propostas “preferidas pelos subscritores serão diferentes”, sublinha, por seu lado, o economista Paulo Trigo Pereira, outro dos signatários.

O grupo de mais de 70 personalidades concordou que a reestruturação “deve ter na base a dívida ao sector oficial”. Uma posição mais contida do que a assumida pela IAC, que propõe que um processo de renegociação envolva todos os credores do Estado (privados e oficiais). “Na IAC não paramos aqui e apontamos para a necessidade, caso a solução



Trigo Pereira diz que os próximos anos serão mais difíceis sem uma reestruturação e “quanto menos crescermos”

dentro do quadro institucional europeu não seja viável, de se encararem iniciativas que não dependam desse quadro institucional europeu”, enfatiza Castro Caldas. Um dos cenários admitidos pelo movimento é uma suspensão do pagamento dos juros e das amortizações da dívida.

O manifesto é publicado nas vésperas das eleições europeias de Maio e a poucas semanas de Portugal debater as modalidades de saída do resgate. E surge numa altura em que a moeda única parece mostrar abertura para conceder novas medidas para reduzir a dívida pública da Grécia, país cuja situação é referida pelos responsáveis da zona euro como um caso único e excepcional. No caso português, enfatiza Trigo Pereira, um novo alongamento das maturidades e dos juros traria “benefícios consideráveis do ponto de vista do recurso a mercado de capitais”. “Os quatro próximos anos vão ser particularmente difíceis e serão tanto mais difíceis quanto menos crescermos e quanto menos reestruturarmos a dívida”, considera.